

PROJETO ARCO TIETÊ

SEMINÁRIO TEMÁTICO

REGISTRO DE REUNIÃO – 11/04/2013

No dia 11 de abril de 2013, realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, localizado à Rua da Consolação 94, com a presença dos cadastrados habilitados ao Chamamento Público nº 01/2013/SMDU conforme folha de presença anexa, a quarta sessão do Seminário Temático do Arco Tietê – Revisão dos Marcos Regulatórios, Metodologia e Participação, Planos e Projetos Urbanos, Planejamento Econômico, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e da São Paulo Urbanismo. Iniciando os trabalhos, o mediador, Sr. Gustavo Partezani Rodrigues, passou a palavra ao senhor Kazuo Nakano, Diretor do Departamento de Urbanismo – DEUR, da SMDU, que abordou o tema Revisão do Plano Diretor Estratégico – PDE. Inicialmente, apresentou as relações entre o PDE de 2002 e o Arco Tietê, mostrando a distribuição espacial dos macro elementos estruturadores – redes estruturais (hídrica, viária, de transportes eixos e polos de centralidades), macrozonas de estruturação e qualificação urbana (exclusivamente residencial, industrial em reestruturação e mista, de urbanização consolidada, de urbanização em consolidação) e as macrozonas de proteção ambiental (represas, conservação e recuperação, uso sustentável e proteção integral); as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, com 386 mil domicílios em favelas e núcleos em ZEIS 1, 62 mil domicílios, nas áreas de mananciais em ZEIS 1, além de 52 mil domicílios fora de ZEIS 1. Quanto aos loteamentos irregulares, foram identificados 192 domicílios em ZEIS 1 e 170 mil fora de ZEIS 1. O total domicílios em conjuntos habitacionais em ZEIS 1 alcança 22.890 unidades. As áreas de ZEIS 2 (7,75 milhões m²) têm as seguintes características quanto à ocupação: áreas vazias – 4,1 milhões de m², EH de promoção pública – 582 mil m², EHIS/EHMP promoção privada – 407 mil m², outros padrões de EH – 201 mil m², assentamentos precários e habitações individuais – 1,15 milhão de m² e outros usos institucionais – 1,24 milhão m². Apresentou, em seguida, as categorias de análise de desempenho das ZEIS 3, cuja predominância é de lotes não utilizados/subutilizados, que representam 39% do total. Quanto às ZEIS 4, a predominância é de áreas desocupadas com 2,54 milhões m², representando 71,4% do total. Os recursos fundiários disponíveis para a produção de novas habitações nas áreas de ZEIS 2, 3 e 4 alcançam a 7 milhões m². Ainda na relação entre o PDE e o Arco Tietê, apresentou mapas representando os Estoques de Potenciais Construtivos, detalhando o estoque já consumido, os valores de quitação nR e o número de empreendimentos nR quitados. Em seguida abordou

A relação entre a revisão do PDE e o Arco Tietê, iniciando pela cronologia dos instrumentos de planejamento e gestão urbana que serão revistos – PDE, Planos Regionais Estratégicos e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e edificações e legislação específica. Esse trabalho de revisão deverá estar concluído

no 2º semestre de 2014. Realçou os princípios orientadores dessa revisão que compreendem a função social das cidades, a função social das propriedades urbanas, o direito à cidade, a gestão democrática e a equidade social e territorial. Por fim, discorreu sobre as etapas da revisão participativa do PDE: 1ª – avaliação temática participativa, que deve se encerrar em maio próximo; 2ª – oficinas públicas para levantamento de propostas e contribuições, com término previsto para julho de 2013; 3ª – sistematização das propostas e contribuições recebidas que também se encerrará em julho próximo e, 4ª – devolutiva e discussões públicas da minuta do projeto de lei que ocorreram em agosto e setembro deste ano. O mediador passou, então, a palavra à senhora Helena Romanach, da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania que explanou sobre o tema Metodologia de Participação. Iniciou explicando que a SMDHC assumiu as atribuições que eram da Secretaria de Participação e Parceria, da Comissão Municipal de Direitos Humanos e do Secretário Especial de Direitos Humanos, com o objetivo de fortalecer a articulação e a gestão transversal das políticas de direitos humanos e de participação social no arranjo institucional da PMSP. As ações da SMDHC voltam-se para o atingimento do Objetivo 20, do Programa de Metas da atual administração municipal, e deverá alcançar as Metas 94 a 97. Tratou da importância da participação como forma de gestão e de como realizá-la, ressaltando tratar-se de um modelo aberto, cujos instrumentos serão, entre outros, conselhos de direitos, audiências públicas, oficinas temáticas, mesas de diálogos, conferências, além de formas de participação que se utilizam de mídias digitais e consultas *on-line*. O acesso deverá ser o mais amplo possível e a metodologia de ação leva em consideração o estabelecimento de cronogramas viáveis, a realização de momentos de escuta, a incorporação das propostas e as devolutivas. Os órgãos colegiados, atualmente compostos por 7 conselhos municipais e um comitê serão fortalecidos e serão criados outros dois conselhos que tratarão da educação em direitos humanos e da erradicação do trabalho escravo. Apresentou, em seguida, os planos de mobilização estabelecidos, em 2012, pelo governo federal e os compromissos nacionais, aos quais a PMSP aderiu. Explanou sobre alguns dos processos participativos em andamento na PMSP: Plano de Metas, Plano de Enfrentamento ao Crack, PDE, Diálogo dos Direitos Humanos, organizações de conferências e Conselho de Transparência e Parceria Governo Aberto. Encerrou chamando a atenção para o perfeito enquadramento dos procedimentos estabelecidos para o desenvolvimento dos estudos para o Arco Tietê dentro do espírito de participação definido pelo Prefeito Haddad, o que é claramente explicitado no item 9 do Comunicado de Chamamento Público nº 01/2013/SMDU. O mediador agradeceu aos palestrantes. Antes das perguntas, lembrou a todos das três audiências públicas que serão realizadas sobre o Arco Tietê. A primeira acontecerá no começo de junho, antes da fase de entrega dos trabalhos de conceituação. A segunda em setembro, logo no início do processo de detalhamento dos projetos estratégicos, dos instrumentos de transformação e dos conceitos estabelecidos. A terceira em novembro para o fechamento dos trabalhos. Haverá, também, na semana do dia 26, uma reunião aberta. Durante o processo procura-se encontrar canais de comunicação e metodologias de negociação, seja para a participação popular,

das diversas esferas de governo e na participação privada do mercado. Buscam-se metodologias que solucionem a implantação dos diversos projetos. Não há metodologia única para isso. Cada projeto tem a sua inteligência. É isso que chamamos de meios de interação social e institucional. Em seguida, passou à sessão de perguntas feitas pela plateia.

PERGUNTA: Como a modelagem jurídica do Arco Tietê poderá influenciar a revisão do PDE?

RESPOSTA – Sr. Kazuo Nakano: Essa articulação entre planejamento e projeto é interessante e não é comum no Brasil tampouco em São Paulo. É o momento de repensar isso. Essa interação é uma oportunidade não só para o governo, mas para todo o conjunto de arquitetos, urbanistas e profissionais de outras categorias, pois essa separação levou a resultados problemáticos em nossas cidades. Quanto à pergunta específica, deverá haver um perfeito alinhamento entre as modelagens jurídicas do Arco Tietê e do Plano Diretor, evitando que sigam para direções distintas. O PDE deverá consolidar, juridicamente, os sentidos sócio-econômico e ambiental do território do Arco Tietê. É importante que o PDE indique claramente quais são os objetivos para esse território, em benefício da cidade. É importante que ele estabeleça, para esse território, as estratégias, os instrumentos, os critérios, as normas e os parâmetros de aplicação dos instrumentos de política urbana para se alcançar os objetivos definidos. O PDE é a base jurídica para a modelagem jurídica do Arco Tietê. É importante que ele consolide quais são, nas estratégias de regulação e de implementação, além das estratégias de gestão democrática, deve considerar as estratégias da gestão social da valorização imobiliária em favor da cidade. O processo de discussão pública da revisão do PDE é uma grande oportunidade para destrinchar os elementos, no âmbito do PDE, que vai estabelecer uma consolidação jurídica para o projeto Arco Tietê. Projetos nessa escala são processos, políticos, econômicos, culturais.

PERGUNTA: Como será possível organizar os inúmeros agentes do processo de discussão à luz de um processo curto de trabalho e à luz de tantos desejos e valores diferentes no território? Não atrapalhará o processo?

RESPOSTA – Sra. Helena Romanach: Não atrapalhará o processo, pois o ele exige essa participação para conseguir legitimar e dar aderência aos projetos e ao PDE. O cronograma já foi estendido um pouco, para se conseguir a maior participação possível. Quanto aos Conselhos, há um passivo complicado em alguns deles. Talvez não se consiga resolver todos os problemas, como a revisão da composição dos conselhos, antes de envolver os conselhos em processos participativos.

PERGUNTA: Como a DEURB/SMDU enxerga, na revisão do PDE, a relação entre a capacidade de suporte e a área construtiva e a expansão, 10 anos depois, do espraiamento do estoque de potencial construtivo da cidade, que já se esgotou? Como isso gerará uma inteligência para transformar a revisão do PDE.

RESPOSTA – Sr. Kazuo Nakano: Há dois estudos foram realizados sobre a capacidade de suporte, o primeiro feito pela Secretaria Estadual de Transportes, que é um modelo bastante complexo para análise. Antes, é importante explicar que o modelo geral que o PDE coloca para o uso e ocupação do solo estabelece que deve ser considerado o parâmetro da capacidade de suporte da infraestrutura instalada. Mas, no PDE não operacionaliza isso, o que será feito pelos instrumentos posteriores, principalmente a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, o que não foi feito em 2004, pois não havia estudos a capacidade de suporte que pudessem orientar a definição dos estoques de potencial construtivo. A forma como os estoques de potencial construtivos foram definidos na Lei 13.885/2004 ancorou os estoques em limites de distritos. Os estoques são consumidos por distrito. Isso é um problema, pois não mobiliza a gestão e utilização dos estoques a partir de um pensamento urbanístico, a partir de um zoneamento, não permite alcançar os objetivos, em termos de aproveitamento do solo urbano, em áreas estratégicas da cidade. Dessa forma, não se tem a articulação entre o estoque de potencial construtivo e a capacidade de suporte. Isso não é simples de ser alcançado. Por isso é que temos feito, internamente, uma análise de como trabalhar bem essas referências sobre a definição da capacidade de suporte da cidade para definir os instrumentos de uso e ocupação do solo que podem, ou não, estar apontando para estoques de potencial construtivo. Não dá para negar que a capacidade de suporte é uma referência para a definição do uso e ocupação do solo, pelo menos em algumas regiões da cidade, como aquelas para as quais se quer buscar uma maior intensidade do uso, do aproveitamento da terra urbana. Estamos estudando os documentos feitos pela SISTRAN e outros. O mediador agradeceu aos palestrantes e encerrou a primeira parte da sessão.

A segunda parte da sessão teve a primeira mediação da senhora Anna Carvalho de Moraes Barros, arquiteta da São Paulo Urbanismo, que passou a palavra ao Sr. Tomas Wissenbach, Diretor do Departamento de Estatística e Produção de Informação da SMDU, que explanou sobre o Projeto São Paulo 2040. Iniciou descrevendo o processo de elaboração do Projeto, a partir de 2007, encerado em fevereiro de 2012. Em seguida, apresentou os conceitos fundamentais: construir consensos, compartilhar agendas, ampliar investimentos e fomentar parcerias e monitorar e avaliar a implantação e os resultados. A construção de uma visão estratégica de longo prazo (30 anos) estabelece referências para os posicionamentos da cidade, para as políticas públicas, para os agentes privados nacionais e internacionais e para as entidades, as associações e os municípios. Em seguida explanou sobre os projetos catalisadores, que traduzem as diretrizes gerais em ações concretas: parques urbanos, rios vivos, cidade de 30 minutos, comunidades (eliminação de áreas de risco, por exemplo), polos de oportunidades e cidade aberta. Em seguida apresentou o modelo de financiamento para os projetos catalisadores que consumirão investimentos da ordem de R\$ 314,5 bilhões até 2040. Participarão da composição desses recursos a União e o Estado, com projetos de suas governanças, investidores/financiadores externos e a municipalidade.

A estratégia para os investimentos leva em conta que as proposições que compõem o plano tem a viabilidade financeira dentro do cronograma estipulado, é fundamental a participação das três esferas de governo articuladas à proposta do projeto 2040, a utilização do instrumento das operações urbanas e que sejam empregadas outras fontes não fiscais de financiamento. Conclui exibindo os indicadores e as metas dos projetos catalisadores. A moderadora passou, então, a palavra ao Arquiteto Vládir Bartalini, Superintendente de Desenvolvimento da SP URBANISMO, que falou sobre a Operação Urbana Consorciada Água Branca. A OUCAB existe desde 1995 e o que será apresentado agora é uma proposta de revisão desse projeto. Uma boa parte do foco dessa revisão é a compatibilização do projeto com ao arcabouço da nova legislação federal e municipal. Operação Urbana não é uma lei de exceção, como é chamada frequentemente. É um instrumento urbanístico. É um regramento específico para uma determinada área da cidade. O seu principal papel é de acelerador daquilo que a política maior do município estabeleceu. Discorrendo sobre a localização e o contexto da OUCAB com o Arco Tietê (corresponde a cerca de 10% da área do projeto do Arco Tietê), enfocando os aspectos relacionados à rede de transportes por trilhos, ao sistema viário estrutural, à densidade populacional, estratificando a população moradora por faixa de renda. A OUCAB sintetiza, nessa pequena área, questões que são comuns no Arco Tietê. Em seguida, apresentou as premissas para a revisão do projeto: encadeamento coordenado de ações em diversas escalas e diversas naturezas. Daí parte-se para o planejamento territorial, para viabilidade econômica, a construção da viabilidade jurídica as estratégias de implementação e as diretrizes urbanísticas. Por fim, chega-se ao desenho urbano. Com relação à revisão da lei a proposta é concentrar a transformação. Quanto ao Plano Urbanístico, os objetivos do novo projeto são, entre outros, privilegiar o transporte coletivo e a mobilidade não motorizada, a inclusão e a diversidade social, o adensamento com uso misto, o ordenamento e a valorização da paisagem, melhorias ambientais e na infraestrutura e assegurar a viabilidade ao longo do tempo. Após, apresentou os meios para o atingimento dos objetivos aos quais serão aplicados parâmetros inovadores e os efeitos que serão gerados. Após a palavra do Arq. Vládir Bartalini, o Secretário Fernando de Mello Franco comunicou aos presentes que o projeto de lei da OUCAB foi aprovado, em primeira instância, no dia 09/04, na Câmara Municipal. A partir disso, ele passará a ser apreciado em profundidade pelos vereadores que poderão propor alterações. A Arq. Anna Carvalho de Moraes Barros convidou o Sr. Vagner Bessa, Gerente de Estudos Econômicos da Fundação SEADE, que discorrerá sobre a Mudança Estrutural da Economia do Município de São Paulo. Iniciou destacando que a situação econômica da cidade de São Paulo começa a se modificar a partir de 1985. Houve, nos últimos dez anos, três fenômenos que merecem destaque: a) redução de participação do município no PIB brasileiro – 13,6% em 2000 para 11,8%, queda correspondente à produção do Estado do Espírito Santo, em especial devido à queda proporcional do setor industrial (de 10,6% para 6,8% no mesmo período), b) dependência crescente dos serviços financeiros e do comércio e c) significativo impacto fiscal, com redução de arrecadação de ICMS do Estado, queda da cota parte do ICMS na composição das

receitas do município e forte queda da indústria de arrecadação. Apresentou a composição do VAF da indústria de transformação que aponta para a perda de participação do MSP para a maioria dos segmentos, apesar de a cidade ainda ser o maior polo industrial do país. Por outro lado, no setor de serviços a forte participação do município ficou praticamente constante, o que impediu uma queda maior da participação paulistana no PIB brasileiro. Apresentou, em seguida, mapas temáticos com a distribuição espacial das unidades da Administração Pública e as sedes de empresa e holdings no território paulistano, dados de 2006, mostrando elevada concentração nas regiões central e das avenidas Brigadeiro Faria Lima e Luis Carlos Berrini. No entanto, no centro histórico concentra-se o setor público enquanto que o setor privado localiza-se majoritariamente em áreas fora da região central da cidade. Nessas mesmas regiões localiza-se a maior parte dos empregos do setor de serviços. Em seguida, exibiu os elementos que levam as empresas do setor serviços a decidirem a localização de suas sedes e merecem destaque dois fatores: a proximidade do mercado consumidor e a proximidade da residência dos sócios. Concluindo, enveredou pelos impactos fiscais da perda relativa de participação na economia do Estado. Em 2012, o MSP representava 51,7% da arrecadação do ICMS paulista, reduzindo essa participação para 40,5% em 2012, o que corresponde a uma queda de 11,2%. As maiores perdas ficaram por conta do comércio varejista e da indústria. Essa alteração importante tornou o município cada vez mais dependente da arrecadação de ISS que se estabilizou em torno de 24% do total de receitas municipais a partir de 2006. Isso é reflexo das mudanças na economia da cidade. A medidora passou, então, à leitura das perguntas feitas pelos presentes.

PERGUNTA: Com relação ao Plano SP2040, como ele será incorporado na atual gestão e como será o diálogo com a revisão do PDE?

RESPOSTA – Sr. Tomas Wissenbach: o Plano SP2040 é considerado um subsídio importante para diversos projetos que estão em andamento nesta Administração, como no caso do Arco Tietê, para ser utilizado como insumo cujos indicadores têm grande diálogo com essa área, como a questão da área verde, assim como a questão econômica. Vale destacar a importância do olhar sobre as atividades econômicas no território do Arco Tietê, qual é a tendência dessas atividades frente à tendência da cidade, que tipos de intervenções podem ser feitos para estimular as atividades que já estão lá. Voltando ao SP2040, um dos objetivos é entregá-lo para a cidade, para que a cidade se mobilize a partir de uma visão estratégica. O grande desafio hoje é saber como a sociedade vai incorporar esse plano e que tipo de advocacia ela vai fazer a partir dele. O importante é mostrar que uma visão estratégica para uma cidade não passa inicialmente por um projeto de lei. Passa primeiro por uma apropriação da sociedade. Em relação ao PDE, o Plano coloca questões de futuro que são importantes, como uma nova economia para a cidade, e essas questões certamente irão pautar tanto a fase de avaliação como a fase de avaliação do PDE.

PERGUNTAS: Deve-se considerar as outras operações urbanas que atingem a área do Arco Tietê, como Lapa-Brás e Diagonal Norte? E quanto aos PREs?

RESPOSTA – Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros: Devem ser considerados todos os marcos regulatórios, e o PRE é um marco regulatório. As demais mencionadas não o são.

PERGUNTAS: Existe a possibilidade de aceitação de construção de moradias que permitam a convivência de pessoas com diversas faixas de renda em um mesmo empreendimento, como acontece em Londres, por exemplo? Como foram considerados o tratamento de água, água de reuso e conservação de energia no projeto da OUCAB?

RESPOSTA – Sr. Vldir Bartalini: Quanto à questão de empreendimentos para populações de diversas faixas de renda a resposta é sim. Aliás, nunca houve qualquer impedimento a isso. No caso do projeto da OUCAB há um incentivo para isso, o que pode ser verificado, por exemplo, na quota máxima de terreno por unidade. Com relação à água, à reutilização da água, no rol de investimentos da OUCAB há um item para o tratamento da poluição difusa. É um passo para se fazer um pré-tratamento da água e cuja forma deverá ser detalhada no processo de implementação.

PERGUNTA: Poderá ser detalhado o processo apresentado do Casa Paulista.

RESPOSTA: Será consultado o Sr. Reinaldo Iapequino quanto a isso. Trata-se de um processo do Governo do Estado. A PMSP é parceira na construção das unidades. O edital deverá sair na próxima semana. Podemos aguardar e convidá-lo a participar novamente no futuro.

A mediadora passou a palavra ao senhor Gustavo Partezani para o encerramento dos trabalhos. Iniciou parabenizando a todos pelos trabalhos realizados nas quatro sessões. Ficou patente, nesses dias, que os temas têm sinergia entre si. Todos os temas estão na matriz do chamamento: econômicos, ambientais, habitação, transporte, projetos urbanos, de como articular as questões jurídico-econômico-urbanísticas deverão ser considerados na montagem desse desafio chamado projeto Arco Tietê.

Encerrou convidando a todos para a sessão de encerramento que ocorrerá no dia 26/04, neste mesmo local. Na ocasião será feita uma consolidação do que se tratou aqui nesses quatro dias e a apresentação das diretrizes que a PMSP pensa para a área. E tudo será oferecido aos senhores para construir no processo de conceituação.

O detalhamento das apresentações pode ser visualizado no material anexo a este registro e na página eletrônica do Arco Tietê.